



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luis Miranda, ex Deputado Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Considera-se relevante a oitiva do ex-Deputado Federal Luis Miranda (Republicanos-DF), relator da Medida Provisória nº 1107 de 2022, para esclarecer os seguintes fatos.

Segundo reportagem do portal Poder360 intitulada "Fim de controle em descontos do INSS foi sugestão de youtuber", o fim da revalidação de descontos na folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS na MP nº 1107/22, alteração aprovada pelo Congresso e sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), apontada como uma das brechas que facilitou a continuidade nos desvios, foi articulado por "um grupo de deputados do Centrão e um youtuber". O Youtuber seria o Sr. Sandro Gonçalves:



"Gonçalves disse que a proposta foi articulada por ele e alguns deputados do Centrão. Foi levada ao relator para a inserção no relatório. Luis Miranda apresentou a emenda, assinada pelo então advogado federal e atual prefeito de Ribeirão Preto (SP), Ricardo Silva (PSD) – que nega a autoria."

A Medida, baixada em 18 de março de 2022, tratava do programa de simplificação do microcrédito digital para empreendedores, o Sim Digital. Não mencionava alterações na Lei Geral da Previdência Social. Na tramitação, a proposta recebeu 63 sugestões de emendas, sendo 12 delas acatadas integral ou parcialmente. As mudanças não mencionaram a revalidação do descontoprevidenciário destinado a entidades sindicais. Depois do fim do prazo regimental, o então deputado federal Luis Miranda (Republicanos-DF), relator do texto, apresentou uma emenda que incluiu a revalidação entre os itens revogados. Miranda teria dito à reportagem que incluiu o trecho a pedido de Sandro Gonçalves, e que aceitou a relatoria para ter mais visibilidade, mas que o Planalto era o “dono do texto”.

Ainda segundo consta no portal, o ex-deputado Ricardo Silva nega ter participado na discussão e acusa Luis Miranda de ter "adulterado um documento para creditar a emenda a ele".

Diante de todo o exposto, mostra-se de grande relevância, para as investigações empreendidas pela CPMI, a convocação para depoimento do Senhor Luis Miranda, razão pela qual solicitamos a aprovação do presente Requerimento e indicação de designação de data para a referida oitiva.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2025.

Deputado Paulo Pimenta
(PT - RS)

